

CORREIO NO MUNDO

Reuters/Folhapress



Ex-príncipe Andrew pode ser banido da linha de sucessão

Ex-príncipe Andrew pode deixar a linha de sucessão real

O governo do Reino Unido estuda uma forma de remover o ex-príncipe Andrew Mountbatten-Windsor da linha de sucessão real. Destituído dos títulos de príncipe e Duque de York em outubro de 2025 devido às suas ligações com o abusador sexual Jeffrey Epstein, o irmão do rei Charles 3º permanece em oitavo lugar entre os herdeiros do trono. Para o ministro britânico da Defesa, Luke Pollard, eliminar a possibilidade de Andrew um dia se tornar rei é a coisa certa a se fazer, independentemente do resultado da investigação policial sobre o ex-príncipe. Na quinta (19), o irmão do rei foi detido por suspeita de má conduta em cargo público, antes de ser liberado na noite do mesmo dia. Andrew nega qualquer irregularidade de conduta.

Reino Unido estuda possibilidade

A declaração de Pollard foi feita à BBC no sábado (21). O ministro afirmou à rede britânica que o governo está trabalhando com o Palácio de Buckingham para impedir que o ex-príncipe fique “potencialmente a um passo do trono”. Ele espera receber apoio de todos os partidos, mas acredita que isso só acontecerá quando a investigação policial for concluída. No sábado, carros da polícia foram novamente vistos entrando no Royal Lodge, onde Andrew morou.

Prime Minister's Office



Starmer não tinha planos para alterar linha de sucessão

Investigações vão até esta segunda

Na véspera, foram registrados mais de 20 veículos na propriedade. De acordo com as autoridades locais, as buscas devem se estender até esta segunda (23). A declaração representa uma mudança para o governo. Em outubro, a gestão de Keir Starmer afirmou não ter planos de introduzir uma lei para alterar a linha de sucessão. As revelações mais recentes envolvendo Epstein e Andrew, no entanto, deram origem a um “desejo desesperado dentro do governo e do palácio de criar uma barreira entre esta crise e a monarquia em geral”, afirmou o historiador David Olusoga à BBC.

Primeira alteração em 13 anos

Caso ocorra, essa será a primeira alteração em uma regra da linha de sucessão desde 2013, quando reis e rainhas passaram a poder ter um cônjuge católico e o direito de primogenitura masculina, que dava prioridade a um filho mais novo em relação a uma filha mais velha, foi anulado. A mudança foi feita durante a primeira gestação de Kate Middleton, princesa de Gales.

Caso antigo

No que diz respeito à remoção de um nome da linha de sucessão por uma lei do Parlamento, como pode acontecer com príncipe Andrew, isso ocorreu pela última vez há mais tempo, em 1936, quando o então Edward 8º abdicou do trono e todos os seus descendentes também foram destituídos.

Tragédia na Sibéria

Ao menos oito pessoas morreram depois que um micro-ônibus com turistas chineses caiu no lago mais fundo do mundo, na Sibéria, na sexta-feira (20). Vítimas são seis turistas chineses -incluindo um adolescente de 14 anos, um morador da região e o motorista russo. Apenas um passageiro foi resgatado vivo.

Só um sobrevivente

Mergulhadores realizam buscas na área do acidente. O micro-ônibus trafegava sobre água congelada do Lago Baikal rumo ao Cabo Khoboy, destino turístico na fronteira com a Mongólia. Durante o trajeto na estrada improvisada, a camada de gelo sob o veículo se rompeu e ele afundou cerca de 18 metros.

Guia sem registro

O passeio tinha guia não registrado, de acordo com a Associação de Operadores Turísticos da Rússia. Um inquérito criminal foi aberto pelas autoridades russas para apurar as circunstâncias do acidente. O motorista é acusado de usar rota considerada arriscada. Ele foi identificado como Nikolay Dorzheev, motorista de 44 anos.

Maravilha do mundo

A área onde o micro-ônibus trafegava quando ocorreu o acidente tinha fissuras recentes, que levaram à abertura de um buraco de cerca de três metros de largura, informaram as autoridades. Considerado uma das maravilhas do mundo, o Baikal concentra cerca de 20% da água doce não congelada do planeta.

Rota turística

O lago Baikal atinge aproximadamente 1.642 metros de profundidade na sua parte mais funda e tem água limpa e cristalina. O turismo chinês é comum na região. Para favorecer a atividade, no ano passado, os governos de Rússia e China anunciaram isenção mútua de visto para turismo.

Jhonn Zerpa/ Presidencia de Venezuela



Lei de Anistia pode deixar de fora alguns presos políticos

Lei da anistia causa polêmica na Venezuela

Lei da Anistia pode deixar alguns presos políticos de fora

Após a aprovação da lei da anistia, o regime da Venezuela afirmou na sexta (20) que a medida que passou na Assembleia Nacional é essencial para a estabilidade do país, mas especialistas ponderam que muitos prisioneiros políticos podem ficar de fora das liberações. Em tese, o instrumento abrange os 27 anos do chavismo, embora o texto liste 13 momentos específicos, desde o golpe contra Hugo Chávez em 2002 até os protestos contra a suposta reeleição de Nicolás Maduro em 2024.

Ainda que a aprovação tenha sido fruto da pressão americana, o ministro da Defesa venezuelano, Vladimir Padrino, disse considerar a lei um sinal de força política do regime. Ele reforçou que o texto da anistia, com um total de 16 artigos, afirma que o objetivo é buscar “a convivência e a paz entre venezuelanos, permitindo a diversidade e a pluralidade”.

“Precisamos saber pedir perdão e também saber recebê-lo”, declarou a líder interina Delcy Rodríguez após promulgar a lei. “Cada um de nós que teve ação política nos últimos 25 anos está deixando de lado um pouco de intolerância e estamos abrindo novos caminhos para a política na Venezuela”, acrescentou.

Ativistas, como Alfredo Romero, da ONG Foro Penal, criticaram diferentes pontos do texto final, como o que cria a necessidade de solicitar a anistia presen-

cialmente, por meio de tribunais venezuelanos, dominados pelo chavismo.

“A Lei da Anistia deve ser recebida com otimismo, pois beneficia algumas pessoas politicamente perseguidas. No entanto, também é restritivo e deixa de fora muitos casos. Devemos continuar pressionando pela libertação de todos os presos políticos” disse Romero em suas redes sociais.

Após a captura de Maduro em uma operação dos EUA, 448 opositores ganharam liberdade condicional, mas ainda há 644 detidos, sendo 185 militares, 80 mulheres e um adolescente, conforme a Foro Penal.

Após as críticas sobre a abrangência da anistia, a Assembleia da Venezuela anunciou a criação de uma comissão especial que analisará os casos específicos de presos políticos, incluindo aqueles não contemplados pela lei.

A comissão passa a atuar a partir desta sexta e prevê reuniões com o Ministério Público, o Supremo Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública.

Segundo a Foro Penal, um primeiro pedido à comissão será feito para solicitar a revisão de cerca de 230 casos, incluindo pessoas com dois ou três anos de prisão preventiva, maiores de 70 anos e aquelas com problemas de saúde.

Por Douglas Gavras (Folhapress)